

# **O público e o privado na educação brasileira: um estudo de parcerias realizadas na Bahia**

*The public and the private in brazilian education: a  
study of partnerships made in Bahia*

**Arlete Ramos dos Santos<sup>1</sup>,  
Emília Peixoto Vieira<sup>2</sup> e  
Ivanei de Carvalho dos Santos<sup>3</sup>**

**1.** Doutora em Educação (UFMG), Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), do Mestrado Profissional em Educação (UESC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **arlerp@hotmail.com**

**2.** Doutora em Educação (Unicamp), Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e do Mestrado Profissional em Educação (UESC), Coordenadora do Projeto Extensão Fortalecimento e Articulação da Educação Infantil/FAEI/DCIE/UESC. **emilcarl28@hotmail.com**

**3.** Mestranda em Educação (PPGED/UESB), Professora da Educação Básica na rede municipal de ensino de Itapetinga/BA. Membro do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo/CEPECH/UESC/BA. **ivanei\_csantos@yahoo.com.br**

**Resumo:** Este artigo analisou a reforma do Estado nos países da América Latina e no Brasil, a partir dos anos 1990, e suas implicações às políticas educacionais. Nesse contexto, o estudo das relações entre o público e o privado na implementação das políticas públicas no Brasil e a inserção de grupos empresariais no cenário educacional em nível nacional e nas regiões do Sul, Extremo Sul e Baixo Sul da Bahia. A pesquisa foi desenvolvida a partir de

dois projetos de pesquisa do Departamento de Ciências da Educação/DCIE/UESC e que têm em comum, dois objetivos: analisar a organização da gestão educacional nos municípios dessas regiões da Bahia, a partir dos anos de 1990; e identificar empresas que realizaram parcerias com municípios dessa região para o setor da educação, caracterizando a relação público e privado. Como referencial teórico-metodológico, optou-se por uma leitura dialética, para entender essa relação na educação. Como procedimento metodológico, utilizamos entrevistas com professores e representantes de grupos empresariais, além de relatórios disponíveis nos site e blogs das empresas. Os resultados demonstram que, na configuração das parcerias público-privado na região, o que localizamos não é apenas uma deslocação direta do público para o privado, mas sistemas educativos que continuam a ser essencialmente públicos/estatal, regulados por um conjunto de mudanças nos mecanismos institucionais.

**Palavras-chave:** Estado. Público-privado. Políticas educacionais.

**Abstract:** This article analyzes the state reform in the countries of Latin America and Brazil, from the 1990s, and its implications for educational policies. In this context, the study of public-private relations in the implementation of public policies in Brazil and the insertion of business groups in the educational scenario at the national level and in the regions of the South, Extreme South and Low South of Bahia. The research was developed from two research projects of the Department of Educational Sciences / DCIE / UESC and that have in common, two objectives: to analyze the organization of educational management in the municipalities of these regions of Bahia, from the years of 1990; and identify companies that have made partnerships with municipalities in the region for the education sector, characterizing the public and private relationship. As a theoretical-methodological reference, we opted for a dialectical reading to understand this relationship in education. As a methodological procedure, we used interviews with teachers and representatives of business groups, as well as reports available on company websites and blogs. The results show that, in shaping public-private partnerships in the region, what we locate is not only a direct shift from the public to the private, but educational systems that remain essentially

public / state, governed by a set of changes in mechanisms Institutions.

**Keywords:** State. Public-private. educational policies.

## Introdução

As informações preliminares apresentadas neste artigo são oriundas de dois projetos de pesquisa<sup>1</sup>: “As políticas públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia” e “Gestão escolar e o trabalho docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas”. Os projetos têm em comum dois objetivos: analisar a organização da gestão educacional nos municípios do Sul, Extremo Sul, e Baixo Sul da Bahia a partir dos anos de 1990; e identificar empresas que realizaram parcerias com municípios dessa região para o setor da educação, caracterizando a relação público e privado para a educação.

Embasamos nossos estudos, numa perspectiva que implica a capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade (BEZERRA, 2008). Desse modo, a pesquisa contextualiza as políticas educacionais implantadas no Brasil a partir dos anos de 1990, dentro da lógica de redefinição do papel do Estado, e as implicações dessas no contexto local, particularmente, na relação do público e o privado para gerir a gestão educacional municipal.

A pesquisa é de abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Segundo Ludke e André (1986), a abordagem qualitativa envolve a obtenção de informações descritivas, obtidas no contato direto do pesquisador com a situação estudada; enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em relatar a perspectiva dos participantes. Para análise das informações, tomamos como referência o método da dialética, que para Kosik (1997, p.20), implica uma explicação objetiva da realidade estudada, penetrando na riqueza de seus conteúdos a fim de transitar da “coisa em si” para um ‘concreto real’.

Em termos gerais, o materialismo histórico dialético leva em conta o contexto histórico-político, a estrutura econômica da sociedade – no caso, a capitalista – e o movimento contraditório nas relações sociais. É um enfoque

**1.** Projetos de pesquisas financiados pela Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, do Departamento de Ciências da Educação/DCIE, e possui bolsistas do CNPq, da FAPESB e UESC.

que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Desse modo, tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade. Logo, o início da análise parte das determinações gerais do contexto vigente e das categorias envolvidas no fenômeno em estudo.

Nesta vertente analisamos as relações entre o público e o privado a partir do contexto das políticas públicas implantadas no Brasil e a inserção de grupos empresariais no cenário educacional na região Sul, Extremo Sul e Baixo Sul da Bahia.

Como procedimento metodológico, para entendimento do objeto de estudo, realizamos uma revisão bibliográfica e documental, e entrevistas com professores e representantes de grupos empresarias da região mencionada, além de análises dos relatórios disponíveis nos sites e blogs das empresas<sup>2</sup> identificadas nesta pesquisa. O objetivo foi coletar informações sobre o funcionamento de programas e projetos educacionais desenvolvidos por algumas das empresas localizadas no contexto pesquisado: Natura, na região Sul; Fíbria S.A. e Veracel Celulose S.A, no Extremo Sul e a Odebrecht, no Baixo Sul.

Neste artigo, apresentamos que o Estado, a partir dos anos de 1990, teve uma tendência de se retirar da execução do setor educacional, mas permaneceu como financiador e avaliador das políticas públicas sociais. No redesenho do Estado, surgiram diversas formas de intervenção para as políticas educacionais (PERONI; ADRIÃO, 2005; FREITAS, 2012).

Nesse sentido, apresentamos na primeira parte deste texto análises da reforma dos Estados nos países da América Latina, entre eles o Brasil, a partir dos anos 1990, e suas implicações às políticas educacionais. Na segunda parte, analisamos as relações entre o público e o privado a partir do contexto das políticas públicas implantadas no Brasil e a inserção de grupos empresariais

---

**2.** Como mencionamos, trata-se de um estudo preliminar, portanto, ainda estamos levantando dados sobre empresas na região. As empresas que localizamos atuam em nível nacional e também local, mas acreditamos que existam empresas da região que também investem na gestão da educação.

no cenário educacional em nível nacional e nas regiões do Sul, Extremo Sul e Baixo Sul da Bahia. Na terceira parte, identificamos e analisamos as empresas inseridas nessas regiões, que utilizaram de suas expertises, para estabelecer junto aos municípios parcerias para gerir a gestão da educação municipal. Nas considerações trazemos nossas inferências sobre o reflexo dessa relação Estado, sociedade e mercado.

## **1. O Estado brasileiro e as políticas educacionais no Brasil a partir da década de 1990**

Na década de 1990, no Brasil, as reformas educacionais continuaram a traduzir as demandas postas pela lógica do capital, respondendo às exigências emanadas dos organismos internacionais. A crise mundial do Estado capitalista, que se manifestou de forma evidente a partir dos anos de 1970, gerou a necessidade de se buscar saídas que permitissem a retomada dos objetivos de crescimento econômico, propiciando o surgimento de um novo modelo de acumulação, denominado por Harvey (1998) de “acumulação flexível”.

Para os Estados periféricos um dos caminhos apontados para a superação da crise foi o ajuste fiscal, como forma de aumentar o superávit da balança comercial e com isso possibilitar o pagamento da dívida externa. Para tanto, ainda dentro da mesma intencionalidade, era preciso reformar o aparelho do Estado. É no bojo dessa reforma, que no Brasil, a educação é classificada como um serviço não exclusivo do Estado.

As discussões em torno do novo papel do Estado para as políticas sociais geram embates nos cenários político e educacional, e no final do século xx e início do século XXI, o Brasil inclui na sua agenda de política educacional a reforma de gerência adotada no país em todos os níveis e etapas. Segundo Cabral Neto (2009, p.197):

A defesa desse novo enfoque de gerenciamento encontra-se presente nos principais documentos da política educacional, na América Latina e, particularmente, no Brasil. E têm como objetivo basilar a modernização da gestão, considerada uma estratégia importante para garantir o sucesso escolar.

Nesse amplo processo, tenso e complexo, na sociedade brasileira, alterou-se a linguagem da reforma do Estado e da Administração, sem, contudo, se perderem as orientações mais gerais do neoliberalismo: descentralizar a gestão, transferir atribuições para a sociedade e para o terceiro setor, reduzir o déficit público. Essas orientações, segundo Vieira (2011), para a reforma administrativa estavam ancoradas num Estado Moderno, em que necessitaria transformar a administração pública brasileira, de burocrática para gerencial. A mudança do Estado burocrático (lento e caro) para o Estado gerencial (ágil e menos custoso) despontou como estratégia para reduzir os custos e tornar mais eficiente a administração do Estado.

No conjunto da reforma do Estado, estava a disputa do público e privado. Os estudos de Vieira (2011, *apud* SILVA JR.; SGUISSARDI, 2005) apresentam uma análise de Emir Sader sobre público/privado que expressam ser uma reatualização da estratégia neoliberal de acentuar a suposta contraposição estatal/privado, em lugar da oposição real público/privado. Isso porque, como esclarece Vieira (2011, *apud* DAGNINO; OLIVEIRA; PANFICHI, 2006), “a noção de “público” se referia ao Estado, na medida em que este constituía o oposto do setor privado. O resgate do “público” como um espaço da sociedade é relativamente recente” (Ibid, p. 23).

A “universalização dos direitos”, ainda nos estudos de Vieira (2011, *apud* SILVA JR.; SGUISSARDI, 2005), compõe a verdadeira essência do público, enquanto a “mercantilização do acesso ao que deveriam ser direitos: educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer e cultura” (*apud* SADER, 2003, p.3), corresponde à essência do mercado ou do estatal/privado e, nesse caso, especialmente o polo privado/mercantil (Ibid, p.16).

Segundo Vieira (2011, p. 42) no campo educacional, o pensar a reforma administrativa, inserida nos serviços não-exclusivos do Estado, distorceu o debate e desfocou a crítica sobre a função do Estado para área social. Abriu-se caminho para mudança da relação e mediação entre o setor público e o setor privado, para a atuação e condução da educação.

Para Barroso (2005), a reforma do Estado estabelece um novo modo de regulação, que altera as medidas políticas e administrativas dos poderes públicos, para o sistema educacional e a transferência das tarefas para a sociedade

amplia o setor público “não-governamental”. Nesse sentido, a descentralização e a autonomia foram incorporadas ao cenário nacional como mecanismos de reorganização do espaço social, enquanto que o discurso da incapacidade do Estado de fazer política econômica e social ao mesmo tempo justificava tais medidas, o que justificou o argumento utilizado pela burocracia estatal do projeto neoliberal dos anos de 1990 a “conclamar” os agentes econômicos, sociais e educacionais para disputarem, no mercado, a maneira como vender seus produtos.

O autor chama a atenção para o termo regulação presente nas discussões referentes ao debate sobre a reforma da administração do Estado na educação e sua modernização, em que o Estado age como regulador e avaliador das políticas públicas baseadas nos resultados, ao afirmar:

[o] Estado não se retira da educação. Ele adota um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo em que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão cotidiana, funções, que transfere para níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com autores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do ‘mercado’ educativo (BARROSO, 2005, p. 7).

Para Vieira (2011), esse quadro registrou modificações consistentes na posição relativa da área social, que continua diminuída diante da área econômica. Além disso, “a reforma do Estado e da administração conduzida sob a égide do mercado reduziu a reforma ao plano técnico, normativo, ao simples plano de administração, do funcionalismo público, dos ajustes fiscais, tributários e previdenciários” (p. 43). Em nome da modernização e eficiência, os argumentos acabaram por aprofundar as separações entre o cidadão e o Estado.

Nesse contexto, as políticas educacionais seguiram com o processo de redefinição do papel do Estado, adotando uma política de quase mercado. Isso porque o que se desprende desse processo de reorganização do Estado,

“não foram somente medidas para modernizá-lo e incluí-lo no novo cenário da globalização, mas proposições que modificaram as relações entre Estado, mercado e sociedade” (VIEIRA, 2011, p. 43).

O primeiro mandato de Lula (2003–2006) pareceu assinalar para novas mudanças no modelo de reforma do Estado. Entretanto, para Vieira (2011, *apud* NAKATANI; OLIVEIRA, 2010), em sua análise da transição do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC para o governo de Lula, sua eleição foi fruto de mudança de discurso, na busca de apoio de representantes das elites tradicionais. Sua proposição política caminhou na mesma direção do projeto neoliberal de FHC quando em seu discurso, em junho de 2002, na “Carta ao Povo Brasileiro” reiterou que a transição para seu governo se daria, naturalmente, com o respeito aos contratos e obrigações assumidas com o país. De acordo com Lima (2004, p. 29),

[...] o discurso em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento que buscava impulsionar o capital produtivo brasileiro, a candidatura Lula foi ampliando o arco de suas alianças para a garantia de apoio de setores do capital financeiro, destacando-se a subserviência de sua política às exigências dos acordos financeiros e políticos com os organismos internacionais do capital.

Para Vieira (2011, 2011, *apud* NAKATANI; OLIVEIRA, 2010), os mais otimistas acreditaram no discurso de transição e que a continuidade, na política econômica, segundo os cânones neoliberais, seria modificada, posteriormente, e que haveria um projeto alternativo. No entanto, como ressaltam esses autores, “a estratégia neoliberal continuou em curso, efetivada com a reforma da previdência dos servidores públicos” (Ibid, p. 38).

Neves (2006) acrescenta que a pauta se proclamou em uma subordinação expressa ao FMI entre elas: “superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto - PIB para pagamento da dívida externa; aprovação de reformas estruturais (previdência, fiscal, tributária, trabalhista, sindical; autonomia do Banco Central) e implementação de políticas sociais focalizadas no “alívio à pobreza” (Ibid, p. 29).

No segundo mandato, de acordo Vieira (2011), o presidente Lula reafirmou a estabilidade monetária e certa flexibilização da política fiscal, que permitiram segundo o seu Plano de Governo (LULA PRESIDENTE – PLANO DE GOVERNO 2007-2010):

[...] novos avanços a caminho do desenvolvimento. Para o governo “há hoje uma combinação única de fatores que dará ao segundo mandato uma qualidade historicamente inédita: crescimento sustentável, estabilidade monetária e responsabilidade fiscal, redução da vulnerabilidade externa, expansão do investimento, da produção e da produtividade, ampliação do mercado interno e externo, crescimento e formalização do emprego, aumento da massa salarial real e expansão do crédito, redução da fome, da miséria e das desigualdades, por meio da ampliação dos programas sociais.

Os pontos principais defendidos no segundo mandato de Lula estão próximos aos fundamentos orientados pelos governos anteriores, quais sejam, “a continuidade da reforma do Estado brasileiro e o crescimento da economia dependente, em grande parte, das decisões privadas dos capitalistas nacionais e internacionais, em particular dos vinculados à esfera financeira” (VIEIRA, 2011, p. 30). Identifica-se nesse período a crescente transferência desenfreada dos ideais mercadológicos de “eficiência”, “eficácia”, “produtividade” para a educação e para a pesquisa científica.

No primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) a tônica continuou ancorada nas metas de inflação e de superávit fiscal primário e na flutuação da taxa de câmbio, no intuito de arrefecer a atividade econômica e, assim, conter a aceleração inflacionária. A diretriz de política do governo alinhou-se, então, às iniciativas adotadas no final do governo Lula. No campo da educação, o governo amplia os programas criados por Lula, numa tentativa de responder as demandas do setor: ampliação de vagas no ensino para os estudantes em todas as esferas, aprovação do PNE, dentre outros, ao mesmo tempo em que rende e submete às diretrizes determinadas pelo Banco Mundial sobre as políticas de Educação.

Não tem a pretensão este trabalho de realizar uma análise aprofundada dos governos FHC, Lula e Dilma, mas salienta que, nesses governos, a reforma do Estado e a política educacional passaram por transformações que modificaram a relação Estado e sociedade civil. O que elencamos, particularmente, foi que nesses governos, o Estado brasileiro assumiu posturas numa relação direta entre público e privado. Os resultados para a política educacional, mesmo que complexos e contraditórios, evidenciam uma crescente investida do setor privado na área educacional.

De acordo com Adrião e Peroni (2009, p. 109), no campo do público e privado, a reforma do Estado, abriu possibilidades de duas tendências:

[...] uma, o Estado se retira da execução, mas permanece como financiador e avaliador das políticas sociais, estas agora ofertadas por distintos agentes privados, configurando o que tem sido identificado como a propriedade pública não-estatal; pela outra, ainda que a atividade ou serviços permaneçam sob a propriedade do Estado passam a ser geridos pela lógica de mercado, aqui identificado como a esfera do quase-mercado.

Em nossos estudos, a primeira tendência identificada pelas autoras, foi evidenciada na região Sul da Bahia, onde houve a retirada do Estado da execução, mas mantendo controle das políticas por meio das avaliações. Embora a segunda tendência se evidencia em políticas pontuais.

## **2. A relação público e privado na Educação no Brasil**

A reforma do Estado brasileiro, evidenciada a partir dos anos de 1990, como salientamos no item anterior, provocou mudanças na forma de intervenção do Estado junto à sociedade. No campo da educação, o redesenho do Estado em suas formas de intervenção fez crescer o processo da relação público e privado na gestão da educação.

A redefinição do papel do Estado para com as políticas educacionais levou à mudança na tomada de decisões no que se refere à organização pedagógica, aos conteúdos e metodologias escolares. Nesta direção Peroni (2003, p.15) ressalta:

[n]o Brasil, o processo de reformas na área da educação nos anos de 1990 deu-se em duas frentes: uma, por meio da representação de um projeto global para a educação – a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – e outra, que se constitui na implementação de um conjunto de planos setoriais e decretos do Executivo.

A Lei de Diretrizes e Bases do Ensino – LDBEN 9.394/96 evidencia os debates sobre a liberdade de ensino e de sua laicidade, e sobre o financiamento e o papel do Estado na educação, enquanto que a Constituição Federal de 1988 garante direitos dos cidadãos à educação gratuita e de qualidade. Vale ressaltar a reflexão de Oliveira (2009, p. 208) abaixo.

Ao mesmo tempo em que se assiste, na matéria educativa, à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988, adotam-se políticas que estabelecem nexos entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade internacional, especialmente, através das parcerias público-privadas e contratos de gestão que trazem consequências para a democratização da educação.

Nesse sentido, estabelece-se uma disputa na sociedade pela “universalização dos direitos”, nesse caso a educação, por meio da CF/1988 e a LDB/1996, como essência do público e dever do Estado, e por outro lado, instaura a “mercantilização do acesso aos serviços”, da educação, como essência do mercado ou do estatal/privado, “o polo privado mercantil” (SADER, 2003; SILVA JR.; SGUISSARDI, 2005).

Embora haja o peso dos movimentos sociais que rejeitam essa visão de mercado no setor educacional, a pressão forte do setor privado, sua influência nas agências governamentais que, em sua ação ambígua, contribuem para o avanço da mercantilização do setor, tem se configurado na disputa para gerir os serviços da educação. Nesse cenário, as políticas públicas ganharam nova ênfase: adequar o gasto e o financiamento da área social às necessidades de ajuste fiscal e de maior competitividade internacional; preparar a força de

trabalho adequada aos novos requisitos da organização econômica; e garantir o atendimento público, prioritariamente, às camadas pobres.

Para Vieira (2011), o atendimento às camadas pobres, indica na direção de atendimentos focalizados e restritos, envolvendo reformas em áreas-chaves de gasto federal. Essa opção contrapôs-se à defesa da universalização dos direitos ao acesso às políticas sociais, dentre elas a educação, levando à reorientação de tais políticas.

O reflexo da transformação do Estado, principalmente, no âmbito da educação, foi a crescente tendência do Estado se retirar da execução, mas permanecer financiador e avaliador, deixando distintos agentes privados gerir o serviço (ADRIÃO; PERONI, 2009).

Esse movimento foi visto, por exemplo, nas concessões de bolsas de estudos permitindo que os alunos estudem nas escolas privadas, através de programas financiados pelo Estado, como aborda Freitas (2012, p. 387):

[m]ovimentos nesta direção já podem ser percebidos, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI – NO ENSINO SUPERIOR) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC – NO ENSINO MÉDIO), ambos de transferência de verbas públicas para iniciativa privada.

Outra estratégia utilizada pelos municípios é a aquisição de propostas padronizadas de ensino por meio de material apostilado, material didático e paradidático, contratação de profissionais para formação de professores, gestores e coordenadores escolares, motivo pelo qual ocorre uma nova relação entre o público e o privado para gerir a educação.

Todavia, com o discurso de melhorar a qualidade da educação, o Estado transfere para a iniciativa privada, com a contratação de serviços, a gestão da educação, visando estratégias de resultados e elevação dos índices educacionais. Para Adrião e Peroni (2009, p. 110),

as parcerias público-privado vigentes na educação básica materializam tanto a proposta do público não estatal, quanto à do quase-mercado, pois o sistema público acaba assumindo a lógica de gestão proposta pelo setor

privado ao instituir os princípios da chamada administração gerencial ou nova gestão pública.

Na esfera federal esse novo modelo gerencial ganha notoriedade com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo Ministério da Educação, em 2007 (BRASIL, 2007A), em regime de colaboração com os Municípios, Estados e o Distrito Federal. O objetivo foi o de melhorar a qualidade da educação brasileira em todos os níveis e modalidades. Paralelamente, foi lançado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, normatizado pelo Decreto 6.094/2007 (BRASIL, 2007), o qual, segundo Saviani (2007b), se constitui como carro-chefe do PDE, por meio do qual o Governo Federal estabeleceu 28 diretrizes a serem seguidas pelos municípios, quando da elaboração do planejamento dos seus sistemas de ensino.

Por meio do PDE, o MEC promoveu uma reorientação no cumprimento da sua função redistributiva e supletiva no que se refere à assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Seus eixos principais, estabelecidos por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, são: o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Plano de Ações Articuladas (PAR).

O PDE estabelece um novo padrão de relacionamento institucional do MEC com os entes federativos, o que, nas palavras do Ministro Fernando Haddad, “inaugura um novo regime de colaboração” entre os sistemas de ensino (HADDAD, 2008). Com efeito, a execução desse Plano promove alterações substantivas na gestão educacional e escolar e promove o que ficou denominado de Relações Intergovernamentais – RIG. O efeito mais perceptível das alterações promovidas pelo PDE no relacionamento do MEC com os entes federativos reside no condicionamento de todas as transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios, mediante a adesão ao Compromisso Todos pela Educação, o qual conta com a participação de empresários.

Em que pese a importância do MEC na indução de políticas educacionais, particularmente sobre o regime de colaboração, adverte Freitas (2012, p. 381) para a ação dos empresários por meio do Movimento Todos pela Educação. Para o autor, os empresários adotam

[...] um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, implantando modelos americanizados de gestão educacional, a exemplo das Escolas *Charters*, que são nada mais nada menos, que escolas privatizadas que funcionam sob contrato anual, com metas específicas para serem atingidas.

O reflexo dessa política, segundo Adrião (2008, p. 8), trata-se de uma “cesta de produtos ou insumos adquiridos no mercado educacional”, a qual não resultou de discussões com a comunidade escolar, e foi definida em função de um padrão construído pelo agente privado que redefine o espaço do público e minimiza sua autonomia diante do privado (ADRIÃO, 2008).

Nesse contexto, cada ente federado tem apresentado um procedimento na relação público e o privado, e respondido de diferentes formas a política de “universalização do direito” à educação.

### **3. Dados preliminares da pesquisa**

Como já mencionado, cada ente federado responde de maneira diversa a política educacional, e a relação entre o público e o privado para gerir a educação se configura um campo de disputa complexo. Nesse contexto, vislumbramos identificar e analisar as empresas, localizadas na região Sul, Extremo Sul e Baixo Sul da Bahia, que investem na gestão da educação. Identificamos as empresas Instituto Natura, localizada na região Sul, a Fíbria S.A. e Veracel Celulose, no Extremo Sul e a Odebrecht, no Baixo Sul, além de outras que não foram abordadas nesse texto, que apesar de investirem em projetos educacionais em todo o país, também investem nas regiões supracitadas.

A região Sul – BA, conhecida como Território Litoral Sul, abrange uma área de 14.736,20 Km<sup>2</sup> e é composto por 27 municípios, com limites extremos em Maraú ao norte e Canavieiras ao Sul. A população total do território, em 2016, foi de 772.694 habitantes, dos quais 139.828 vivem na área rural, o que corresponde a 18,10% do total. Possui 13.929 agricultores familiares, 2.330 famílias assentadas, 13 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) médio do território é 0,67 considerado baixo pela Coordenação do Programa Territórios da Cidadania (VIEIRA; CASTRO; ALVES, 2016).

A regional Extremo Sul da Bahia fica no território de identidade, também denominado de Extremo Sul, e é constituída de 21 municípios<sup>3</sup>, ocupando uma área de 30.678 km<sup>2</sup>, com cerca de 833.307 habitantes<sup>4</sup>, sendo que desses, 74,27% moram na zona rural. É uma região com importância histórica para a nação brasileira, uma vez que foi lá que aconteceu a chegada dos portugueses ao Brasil. Apresenta vários antagonismos, pois sofre com os desmatamentos, a desigualdade social e, ao mesmo tempo, apresenta um rico ecossistema com muitas praias além de parques marinhos, com trechos remanescentes da Mata Atlântica, e da presença da cultura indígena e quilombola (SANTOS, 2016).

A região Baixo Sul da Bahia é uma região contemporânea do período colonial do Brasil, que Começou a ser ocupada no século XVI, servindo de produtora de alimentos para a então capital da Bahia naquele período, Salvador. Com praias extensas, possui ilhas, baías e enseadas, além de rios, manguezais e uma densa vegetação da Mata Atlântica. A região compreende onze municípios: Valença, Presidente Tancredo Neves, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Ibirapitanga, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú, os quais, na sua maioria, têm na agricultura sua grande força econômica (SANTOS, 2013).

### 3.1. O Instituto Natura

O Instituto Natura foi fundado em 2010, com o intuito de expandir e fortalecer as iniciativas sociais da Natura já existentes desde 1995, voltadas à melhoria da qualidade da educação pública, de acordo com os pressupostos empresariais. Desde então, este Instituto realiza ações que envolvem pessoas e organizações que participam da educação, com iniciativas para professores, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, escolas e gestores públicos. Com presença em todos os estados brasileiros e em mais de 80% dos municípios, o Instituto Natura também atua na articulação de ações e

---

3. A regional Extremo Sul é composta pelas seguintes áreas: Belomonte, Itabela, Itagimirim, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Garatinga, Itapebi, Itamaraju, Prado, Jucuruçu, Vereda, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Itanhém, Lajedão, Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa.

4. Fonte: [http://www1.saude.ba.gov.br/mapa\\_bahia/result\\_macro.asp?MACRO=EXTREMO%20SUL](http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/result_macro.asp?MACRO=EXTREMO%20SUL)

disseminação dos temas: escola em tempo integral, regime de colaboração entre União, estados e municípios; e princípios de comunidade de aprendizagem incorporados nas práticas dos atores e organizações da rede de educação (INSTITUTO NATURA. S./D. ONLINE).

Em 2012, o material do Projeto Trilhas, do Instituto Natura, foi distribuído para as escolas de municípios considerados prioritários pela política do MEC: escolas prioritárias e de todas as capitais, grandes cidades e sistemas estaduais de ensino. O projeto Trilhas, de acordo com o Instituto Natura, trata-se de uma iniciativa de formação docente que apoia o trabalho de professores com alfabetização por meio de um conjunto de materiais elaborados para instrumentalizar e apoiar o trabalho do professor no campo da leitura, escrita e oralidade. No kit Trilhas, disponível no site, há cadernos de orientação do professor e de indicações literárias, jogos de linguagem e cartelas para atividades, todos com a intenção de “inserir as crianças no universo letrado”. O Projeto Trilhas foi identificado no Sul da Bahia, apesar de reconhecer que a atuação deste é de cunho nacional, e no referido estado, atua em vários municípios.

Os materiais do projeto contribuem para a meta de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, conforme o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Apresentam em dois formatos que compartilham o mesmo conteúdo: impresso, no tradicional kit Trilhas, e online. O Instituto Natura realizou nos dias 20 e 21 de outubro de 2015, o III Encontro Nacional da Rede de Apoio à Educação (RAE), no Rio de Janeiro. A RAE do Sul da Bahia é apoiada também pelo Instituto Arapyauú, e reúne mais de 30 municípios baianos.

Os Polos da RAE estão localizados em São Paulo, Bahia e Pará e compartilharam suas experiências “bem-sucedidas” na cooperação entre municípios e também na implementação do Trilhas, Comunidade de Aprendizagem, Conviva Educação e Plano de Cargo Carreira e Remuneração/PCCRS (INSTITUTO ARAPYAUÚ, 2017, ONLINE). Nos dias 7 e 8 de maio de 2015, organizado pela RAE – Polo Bahia, aconteceu um encontro de formação da rede de apoio à educação promovido pelo Instituto Natura em parceria com Arapyauú, AMURC e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O gerente do programa na Bahia, Ricardo Gomes relata sobre o evento:

O I Encontro de Formação da Rede de Apoio à Educação – RAE do polo Bahia contou com 80 técnicos educacionais e com 36 dirigentes municipais de educação, dos 36 municípios das regiões Sul, Baixo Sul e Sudoeste da Bahia, integrantes e convidados da Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano – AMURC. Além deles, estiveram presentes representantes da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, da AMURC, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e da Fundação Lemann. [...] O encontro teve como objetivo apresentar os projetos Trilhas, Comunidade de Aprendizagem, Escola Digital, Plano Municipal de Educação, Conviva Educação e Plano de Cargo Carreira e Remuneração. Houve também assessoria para a elaboração e inserção do Plano Municipal de Educação – PME na plataforma Conviva Educação (Idem).

As informações aqui apresentadas apontam que o Instituto Natura está cada vez mais envolvido no contexto educacional, refletindo o poder dos empresários no cenário nacional, e também na região Sul da Bahia. Sua influência na gestão da educação municipal, no campo da aprendizagem, na metodologia de ensino, na gestão pedagógica e na política de carreira dos docentes, evidencia sua capacidade a alcançar os diferentes atores da educação, alunos, professores, gestores municipais e a comunidade.

Com estratégias mais arrojadas, a parceria público-privado identificada nesse contexto, reflete um sistema de ensino público que assume a lógica de gestão proposta pelo setor privado, implementando princípios da chamada administração gerencial ou nova gestão pública (ADRIÃO; PERONI, 2009).

### **3.2. A Fíbria Celulose S.A.**

A Fíbria, formada a partir da fusão entre a Aracruz e a Votorantim, se expandiu no Brasil como uma empresa líder em concentração fundiária. De acordo com o relatório de 2012 da referida empresa (FÍBRIA, 2012, p. 30)

(...) é a líder mundial no setor de celulose e fibra curta. Com três unidades e uma base florestal própria de 974,4 mil hectares, dos quais 352 mil são destinados à conservação ambiental. A companhia conta também com fornecedores de madeira independentes, que em 2011 somaram 3.422 contratos e 107 hectares adicionais de produção de eucalipto. [...] Tem ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo e Nova York, o controle acionário é exercido pela BNDESPAR e pela Votorantim Industrial. [...] Atende clientes de 42 países por meio de 7 centros de distribuição em 6 escritórios e de representação em: São Paulo, Nyon (Suíça), Csomád (HUNGRIA), Miami (ESTADOS UNIDOS), Hong Kong e Pequim (ambos na China).

A Fíbria está engajada na “qualidade” da educação por meio do movimento Todos Pela Educação, o qual conta com a presença de empresários preocupados com a direção que a educação vem seguindo no Brasil, e as reconfigurações das políticas públicas dentro do novo modelo do capitalismo.

Esta empresa desenvolve e aplica seus recursos em programas no interior da Bahia, como divulgado pelo Mídia Releases (2017) a seguir.

Gestores da área de educação do município de Alcobaça e representantes da Fíbria participaram, no período de 23 a 26 de maio, do início das atividades de formação da edição 2017 do Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE). A iniciativa do Instituto Votorantim busca contribuir para a melhoria da educação pública em municípios com operações do Grupo Votorantim, que no Sul da Bahia é representado pela Fíbria. O objetivo da iniciativa é qualificar as práticas de gestão educacional e escolar, envolvendo a mobilização de profissionais da educação e das comunidades.

Segundo a reportagem divulgada pelo referido noticiário, as ações da Fíbria constam de formação de grupos de mobilização, com a participação das comunidades, focando em atividades que visam o Fortalecimento do Conselho Escolar, além dos Desafios Criativos na Escola. Estas atividades agregam um concurso que premiará projetos inovadores liderados por jovens de 9 a 16 anos, cujo tema escolhido para ser trabalhado no ano de 2017 com os gestores de

educação em Alcobaça é “Avaliação participativa para melhoria da aprendizagem”. O programa será realizado em 50 municípios de 16 estados do Brasil, e em Alcobaça – BA, envolverá 36 escolas municipais (MÍDIA RELEASES, 2017<sup>5</sup>).

As expectativas em relação ao programa são grandes, como pode ser observado na fala do consultor de sustentabilidade da Fíbria, Narcísio Luiz Looss que destaca: “O Programa Votorantim pela Educação é uma forma de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino no município, envolvendo não apenas os profissionais do setor, mas também os estudantes e a comunidade, de forma muito participativa”.

Em consonância com o consultor, Renata Silva, analista de Sustentabilidade e mobilizadora local do Programa Votorantim pela Educação (PVE), na Secretaria de Educação de Alcobaça/Ba, relata:

[a] mobilização tem como objetivo dar visibilidade a iniciativas transformadoras, abrir espaço para a cultura local, dar voz às crianças e jovens e promover o real encontro da comunidade com a escola. Assim, buscamos conscientizar os pais e as famílias da importância de participar da vida escolar dos filhos.

Para a coordenadora técnica e pedagógica, mobilizadora do PVE no referido município, a gestão participativa proporciona a reflexão sobre as diretrizes necessárias ao bom andamento das ações desenvolvidas no ambiente escolar. “A parceria Votorantim pela Educação contribuirá para a melhoria da educação municipal e a interação com a sociedade civil em benefício da aprendizagem”.

Enquanto a coordenadora técnica e supervisora escolar, acredita que o PVE ajudará a alinhar as escolas da rede na perspectiva de avaliar a gestão e buscar a participação da sociedade.

O objetivo do PVE, de acordo com os relatos, é incrementar a gestão escolar por meio do apelo à participação da comunidade e dos pais na educação dos

---

**5.** 28 de abril de 2017 - Programa Parceria Votorantim pela Educação 2017 inicia atividades nos municípios. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/midia/releases/programa-parceria-votorantim-pela-educacao-2017-inicia-atividades-nos-municipios/> Acesso em: 08/07/2017.

filhos. Entretanto, tais relatos confirmam o ressaltado por Adrião (2008), pois essas ações acontecem sem consultar a comunidade escolar (professores, coordenadores, gestores), o que resulta de padrão construído pelo agente privado que redefine o espaço do público e minimiza sua autonomia diante do privado.

### 3.3. A Veracel Celulose S. A.

A Veracel é uma empresa de celulose que tem sede no município de Eunápolis, e uma área de 211.000 hectares, distribuída em dez municípios na regional Extremo Sul da Bahia. De acordo com Santos (2016), trata-se de uma empresa de capital multinacional e tem como acionista a norueguesa Lorenz que detém 28% (cujo maior acionista é o cunhado do rei da Noruega), 28% são do Banco Safra (de capital internacional, com sede em Mônaco), 28% são da Votorantim e 12,5% do Banco Nacional de Desenvolvimento/BNDES, Souza Cruz (grupo *British American Tobacco*), e a Fíbria (que é a maior produtora mundial de celulose)<sup>6</sup>. Tem presença em vários lugares do mundo: na Ásia, na Europa, na América Latina - Brasil e Uruguai. O BNDES emprestou us\$ 318 milhões para a construção da fábrica da Veracel (empresa da Aracruz Celulose e *Stora Enso*, sueco-finlandesa) na Bahia.

Para atingir o mercado e aumentar a produção de uma infinidade de produtos, a empresa opera sustentada pelo tripé que tem como base as pessoas, o conhecimento técnico e os processos operacionais. Na página Web da empresa é possível encontrar um programa educacional que envolve várias linhas de atuação em vários municípios da região extremo Sul da Bahia:

- Desenvolvimento de Equipes Escolares, Leitura e Escrita para Alunos;
- Suprimento de Deficiências de Alfabetização;
- Apoio às Secretarias Municipais de Educação em Ações de Melhoria. Foram atendidos 3 municípios, 10 distritos, 21 escolas, 188 diretores e professores e 4.000 alunos (VERACEL, S/D. ONLINE)<sup>7</sup>.

6. ARBEX JR., José. "Haja cruz". Núcleo Piratininga de Comunicação, abril de 2006. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/2006/86-arbex-cruz.html> Acesso em 22/10/2015.

7. Educação: <http://www.veracel.com.br/responsabilidade-socioambiental/educacao/> Acesso em:

Ao ser questionado sobre os investimentos da empresa na região, no que tange às questões educacionais, o gerente de sustentabilidade dessa empresa, nos deu a seguinte resposta:

[...] nós temos ação na educação. Como a região tinha na época (quando a empresa foi montada na região) um déficit de cultura social muito grande, muito alta, a empresa teve que fazer muitos investimentos nessa área, nos últimos dez anos a empresa investiu mais de oitenta milhões de reais em cultura social. [...] A empresa participou de um processo bastante amplo de capacitação e montagem de uma equipe para fazer uma busca ativa e combater o problema de Hanseníase e tuberculose que tinham números vergonhosos na região. Principalmente, na região ali de Barrolândia, Belmonte, Ponto Central, Santa Cruz Cabralia. É tudo localidade que fica muito próxima da fábrica, fica próximo de dezessete dezoito quilômetros da fábrica. [...] E fizemos também ao longo desse tempo vários investimentos na área de educação, esses investimentos foram feitos para a capacitação e melhora da qualidade da estrutura física de escolas. Construímos escolas em Barrolândia e doamos ao município. Em Belmonte fizemos várias intervenções e melhorias físicas de escolas e capacitação de professores (TRECHO DA ENTREVISTA REALIZADA COM A VERACEL, 2016).

O referido Movimento salienta que “diante da dimensão e importância dessa tarefa e do quadro histórico da Educação Básica no Brasil, somente a ação dos governos não será suficiente para alcançá-la” (SITE MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO), reforçando, assim, a inserção do empresariado na gestão da educação brasileira.

Temos feito também um trabalho muito forte ao longo desses anos todos de formação profissional. Então, nós tivemos algumas ações como projetos voltados para questões de formação de professores na educação formal e melhoria de estrutura física e de professores, instalação de bibliotecas. [...]

---

08/07/2017.

E estamos fazendo desde o início da Veracel, um trabalho forte na área de educação para o trabalho. Ai nós temos uma estratégia de treinar e capacitar pessoas tanto para atividades laborais vinculadas as atividades industrial quanto atividade florestal. E a ideia seria capacitar um número maior de pessoas do que aquilo que nós precisaríamos e, desse grupo, selecionaríamos aqueles que devem ocupar postos abertos, precisando ocupar nas nossas áreas de trabalho, sejam atividades próprias ou atividades terceiras que trabalham para Veracel. Mas formamos também pessoas para o mercado. Então, é processo contínuo, a Veracel forma turma [...], assim como, formamos turma de jovens aprendizes e de estágios. Nós oferecemos permanentemente estágios, temos vínculos com a universidade, com as faculdades da região, oferecendo vagas para estágios remunerados, inclusive. (TRECHO DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A VERACEL, 2016).

Observa-se que o entrevistado destaca a importância da formação profissional para a empresa, mas também, uma preocupação em formar um número superior ao necessário, pressionando o trabalhador a tornar-se competitivo. Com o discurso de “melhorar a qualidade da educação”, a iniciativa privada, utiliza de estratégias de elevação dos índices educacionais, com certificações, para formar um novo tipo de trabalhador na lógica da empregabilidade e do empreendedorismo. Essa forma de investimento tem tornando a educação pública um mercado dinâmico disputado a todo custo pelas mais diversas empresas.

### **3.4. A Fundação Odebrecht**

Em 31 de dezembro de 1965, nasceu a Fundação Emílio Odebrecht, na década de 1990 passou a chamar-se Fundação Odebrecht, a qual vem se expandindo ao longo de cinco décadas. A Fundação Odebrecht realizou projetos desde 1988 em todo o país, e na educação tem atuado nas áreas de mobilização pela universalização do ensino fundamental de qualidade; ampliação das oportunidades de educação profissional e inserção competitiva no mundo do trabalho; promoção do desenvolvimento pessoal e social dos jovens nos âmbitos da família, escola e comunidade; e incentivo à utilização ampla e qualificada de recursos e veículos de comunicação, para disseminar informações sobre e

para jovens (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2013, *Online*).

Identificamos a atuação desta empresa na região Baixo Sul da Bahia. A empresa Odebrecht tem atuado, principalmente, com o público jovem e adolescente. Em seu site encontramos alguns relatos de experiência na área educacional, a exemplo de Benivaldo dos Santos, 25 anos, ex-aluno da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN), que, ao participar como palestrante no I Seminário Integrado de Educação Profissional, patrocinado pela Odebrecht, no município de Presidente Tancredo Neves - BA relatou: “Tenho um laço de confiança com a minha comunidade. Eles acreditam em mim. Não tinha sonhos e nesses últimos anos conquistei muitas coisas, é gratificante”. No último ano de formação das três Casas Familiares localizadas no Baixo Sul da Bahia/CFR-PTN, Casa Familiar Rural de Igrapiúna/CFR-I e Casa Familiar Agroflorestal/Cfaf os estudantes se reuniram para trocar experiências sobre visão de futuro, plano de vida e carreira e lições aprendidas durante os três anos de estudo.

Durante o evento uma educanda da Cfaf, de 17 anos, moradora da comunidade Itiúba, em Nilo Peçanha (BA) se surpreende com os relatos de Benivaldo como pode ser percebido em sua fala: “Percebemos que temos muito em comum, principalmente, o espírito empresarial”. Para Telma Santos, de Canta Galo (Valença-BA), o momento foi enriquecedor. “Foi uma forma de observarmos as dificuldades e sucessos de cada um e tomarmos como exemplo”, assegura a estudante da CFR-PTN, de 17 anos.

Dentre as falas de Benivaldo destaca-se alguns trechos como o descrito abaixo.

A Casa Familiar me mostrou que seria possível viver com dignidade na zona rural. [...] A Coopatan<sup>8</sup> garante o destino certo para a minha produção. Assim, tenho um maior retorno financeiro (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2013. ONLINE).

Identifica-se nesses relatos a crescente transferência naturalizada dos ideais mercadológicos de “eficiência”, “eficácia”, “produtividade” para a educação.

---

**8.** Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan).

Evidencia-se um sujeito que, por meio da meritocracia, conseguiu transpor as barreiras das desigualdades sociais, e teve nesse percurso o apoio empresarial.

Para a monitora que acompanha os educandos da Cfaf, o maior resultado do Seminário foi a soma de esforços. “A união das três turmas e coordenação, em prol de um objetivo comum, constituiu a essência dessa sinergia”. A assessora pedagógica da CFR-I ressalta a importância da interação, possibilitada pelo evento. “Este é o primeiro de muitos que vamos realizar. Temos que investir na formação desta nova geração de empresários rurais”.

A lógica empresarial do agronegócio é identificada nesses relatos, em que a estratégia utilizada é apresentar uma “pedagogia de sucesso”, em que o bem da comunidade depende da conquista individual. Para o empresariado garantir a educação é pensar na taxa de retorno, o custo-eficiência, custo-qualidade, formação de atitudes e valores (FRIGOTTO, 1995).

As melhorias parciais concedidas pela empresa à comunidade subjugam a todos os envolvidos numa educação mercadológica, aos interesses econômicos, sem que estes tenham condições de refletir sobre os reais problemas sociais em que comunidade está inserida, num processo de alienação<sup>9</sup>, pois o que predomina é a ideologia do capital (MÉSZÁROS, 2011). A empresa se instala na região, explora a natureza e, ao mesmo tempo, ocupa o espaço geográfico e também o espaço ideológico. Uma aliança que predomina o jogo da geografia e da ideologia.

---

**9.** “A alienação se caracteriza, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados, que visam aos seus objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 38).

## Considerações finais

O que se identifica na inserção de empresas no campo educacional no Sul, Extremo Sul e no Baixo Sul da Bahia, é que esse contexto está cada vez mais presente na realidade brasileira. Municípios pequenos, em que a pobreza atinge um número grande da população, e onde os recursos públicos destinados à educação são insuficientes para uma educação de qualidade, tornam-se locais atraentes para a estratégia de instaurar a lógica da “administração gerencial” também no campo educacional.

Na configuração das parcerias público-privado na região, o que localizamos em neste estudo não é tanto uma deslocação direta do público para o privado, mas sistemas educativos que continuam a ser essencialmente públicos/estatal, mas, regulados por um conjunto muito mais complexo de mudanças nos mecanismos institucionais. A propriedade permanece estatal, mas a lógica de mercado é que orienta sua gestão, principalmente, por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo que o Estado.

## Referências

ADRIÃO, Theresa. Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 5., 2008, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2008.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

BARROSO, João. (Org). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, out. 2005, vol. 26, nº 92, p.725-751

BEZERRA, Egle Pessoa. Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino? Dissertação (mestrado) – Instituto de Biociências, UNESP, São Paulo. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007b.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magda; BEZERRA, Maura Costa (orgs.). **Política Educacional Gestão e Qualidade do Ensino**. Brasília: Liber livro, 2009.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade**. Fíbria Celulose S.A, 2012. Disponível em: [http://www.fibria.com.br/rs2011/Fibria\\_Relatorio\\_de\\_Sustentabilidade\\_2012.pdf](http://www.fibria.com.br/rs2011/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2012.pdf)  
Acesso em: 09/07/2017.

FREITAS, Luís Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379- 404, abr-jun. 2012.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Jovens do Baixo Sul da Bahia refletem sobre visão de futuro e plano de vida e carreira. Publicado em: 03/06/2013. <http://www.fundacaoodebrecht.org.br/Imprensa/Noticias/Noticia/900/Jovens-do-Baixo-Sul-da-Bahia-refletem-sobre-visao-de-futuro-e-plano-de-vida-e-carreira#.WWIxQBXYviU>

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

HARVEY, David. **Condições pós-modernas: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves (trad.). 24 ed. São Paulo, Edições Loyola, 1998.

INSTITUTO ARAPYAUÍ. **Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida serão debatidos em Ilhéus**. Publicado em: 22/08/2016. <http://www.arapyau.org.br/blog/tag/educacao/> Acesso em: 09/07/2017.

INSTITUTO NATURA. **Trilhas**. Disponível em: <http://www.institutonatura.org.br/iniciativa/trilhas/> Acesso em: 09/07/2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma Universitária do Governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal**. In: \_\_\_\_\_. Reforma universitária

do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 23-46

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Tradução Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÍDIA RELEASES. Programa Parceria Votorantim pela Educação 2017 inicia atividades no sul da Bahia. 08/06/2017. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/midia/releases/programa-parceria-votorantim-pela-educacao-2017-inicia-atividades-no-sul-da-bahia/>

NEVES, Lúcia Maria W. A reforma da educação superior e a formação de um novo intelectual urbano. In: SIQUEIRA, Ângela C. de; NEVES, Lúcia Maria W. Neves (org.) **Educação Superior:** uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006. p. 81-106

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PERONI, Vera. **Política Educacional e Papel do Estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003, p. 15-71

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. **O público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro.** In: PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa.(Orgs.). O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. p.137-154.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.

SADER, Emir. **Público versus mercantil.** Folha de São Paulo. Opinião. 19 de junho 2003.

SANTOS, Arlete Ramos dos. Ocupar, Resistir e Produzir, também na Educação. O MST e a burocracia estatal: Negação e Consenso. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SANTOS, Arlete Ramos dos. Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: movimentos sociais e reforma agrária do consenso. Curitiba. Editora CRV, 2016.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?** REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. N. 29, Maio/Jun/Jul/Ago 2005. p. 5-27

VERACEL. Educação. s/d. Disponível em: <http://www.veracel.com.br/responsabilidade-socioambiental/educacao/> Acesso em: 09/07/2017.

VIEIRA, Emilia Peixoto. **As condições de trabalho docente no Ensino Superior público no contexto das reformas educacionais brasileiras.** Tese (doutorado) – Faculdade Educação da UNICAMP, São Paulo. 2011. p.203

VIEIRA, Emilia Peixoto; CASTRO, Neisa Pereira dos Santos; SANTOS, Marcela; ALVES, Cândida Santos Daltro; VASCNCELOS, Larissa Longo. As políticas públicas para a Educação Infantil nos municípios do Território Sul da Bahia. In: IX SEMINARIO DE LA RED LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOBRE EL TRABAJO DOCENTE (RED ESTRADO), 16 a 18 novembro, 2016. Ciudad de México. Anais. México: DF, 2016.

**Recebido:** 05/05/2017

**Aceito:** 31/08/2017